



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Comissão de Verificação de Fatos e Responsabilidades de Projetos

## **RELATÓRIO FINAL**

Instaurada pela Portaria UERJ nº 779/REITORIA/2022, de 08 de setembro de 2022, (SEI-260007/037807/2022) com único propósito do procedimento de apuração dos fatos relacionados a denúncias veiculadas em reportagens jornalísticas publicadas em portal eletrônico de notícias, referente a supostas irregularidades relativas a Projetos de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão mantidos junto a esta Universidade, por meio de acordos de descentralização de recursos orçamentários, com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, a presente Comissão de Verificação de Fatos e Responsabilidades foi composta pelos seguintes membros:

**CARLOS EDUARDO GUERRA DE MORAES** - matr. 31234-8

**DOMENICO MANDARINO** - matr. 5286-0

**RODRIGO MARCELLINO DA COSTA BELO** - matr. 35002-5

### **Diretrizes da Comissão**

Conforme a Ata de Instalação, realizada em 19/09/2022 (SEI-260007/045020/2022), ficou definido que a apuração se pautaria na legislação em vigor, em especial, no que determina o Manual do Sindicante, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.526, de 06/09/1984 pelos termos do Manual de Sindicante da UERJ, aprovado pelo AE-019-REITORIA de 15/03/1991, privilegiando sempre os princípios da boa-fé objetiva, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Ademais, delimitou-se como o escopo dos trabalhos a apuração de fatos noticiados que sugeririam o cometimento de supostas irregularidades referentes a (i) falta de transparência e publicidade de informações; (ii) irregularidade nos procedimentos de seleção de pessoal; (iii) irregularidade nas modalidades de pagamento de pessoal; e (iv) irregularidade nos relatórios de entregas e cumprimentos, nos Projetos de oriundos de descentralizações orçamentárias.

Como primeira providência, foram solicitadas as Pró-reitorias que enviassem todas as informações referentes aos Projetos em andamento nos seus respectivos âmbitos de atuação. Para tanto, foram emitidas Comunicações Internas (conforme Processo SEI-260007/052950/2022), rogando que as informações fossem prestadas nos mesmos moldes e com mesmos dados requisitados pelo i. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Ofício MPRJ - 7ª PJCID 391/2022, de 22 de agosto de 2022.

Diante da multiplicidade, complexidade e grande volume de informações e documentos analisados,

visando conferir maior coerência e uniformidade nos dados afetos à apuração que ora se encerra, optou-se pela apresentação dos trabalhos obedecendo à seguinte sistematização:

1. Dificuldades preliminares aos trabalhos;
2. Principais desconformidades encontradas;
3. Análise das providências de saneamento;
4. Análise dos depoimentos prestados;
5. Conclusões.

## **1. Das Dificuldades**

Preliminarmente, cumpre destacar que, a despeito da louvável iniciativa que culminou na determinação de instauração desta Comissão, o diminuto tempo inicialmente assinalado para a conclusão dos trabalhos, a demora no fornecimento das informações pelas unidades responsáveis, o grande volume de dados a serem analisados, a concomitância das atribuições dos membros, as dificuldades na localização e convocação de alguns depoentes, além de outros entraves burocráticos, levou à necessidade de prorrogação para conclusão desta apuração, a fim de que se cumprisse, da melhor forma possível, à tarefa requisitada pelo Magnífico Reitor.

Tendo em vista que os trabalhos não contavam com precedentes no âmbito da Universidade, diante de tais percalços, foi necessário recorrer à colaboração e auxílio do corpo funcional da Reitoria para viabilizar o fornecimento de estrutura para a realização das reuniões da Comissão, além das convocações para oitiva dos depoentes.

## **2. Principais Desconformidades**

Diante dos primeiros dados e informações colhidas, foi possível apontar aparentes desconformidades que reclamavam providências urgentes e imediatas por parte dos órgãos diretivos desta Universidade, visando estabelecer maior padronização e controle dos procedimentos afetos ao recebimento, tramitação e execução das atividades relativas aos Projetos em execução na UERJ.

Neste diapasão, a despeito de se observar que os Projetos se encontravam associados com atividades inerentemente acadêmicas, considerando (i) o significativo do número de atividades em curso; (ii) a necessidade de garantir o cumprimento da legislação em vigor, em especial, às afetas à transparência; (iii) do imperativo de reordenação e controle das tarefas, com vistas a resguardar o erário, segundo os primados da legalidade, impessoalidade, moralidade, proporcionalidade, eficácia e eficiência administrativa; (iv) além da publicação de outras matérias jornalísticas com mais denúncias; esta Comissão sugeriu que todos os Projetos fossem suspensos para maior aprofundamento das investigações (Doc. SEI nº 44313856), o que foi prontamente pela Reitoria, através da edição do AEDA nº 129/REITORIA/2022.

Em prosseguimento às análises, nos foi possível apurar ainda, que a maioria dos Projetos possuía desconformidades formais, dentre as quais, se destacavam:

- a) falta de padronização no fluxo dos Projetos, posto que não havia uniformidade nos procedimentos de recebimento e tramitação das demandas, além de não haver um controle centralizado das iniciativas em curso na Universidade;
- b) deficiência na produção dos documentos exigidos pelos órgãos de controle externo, consistente em deficiência material, principalmente, na elaboração de plano de trabalho, relatórios, folhas de pagamento e prestação de contas;
- c) dificuldade de acesso às informações, em virtude da inexistência de padronização dos dados que deveriam compor os Projetos, causando falhas na celeridade da obtenção de relatórios e informações;
- d) carência de mecanismos eficientes e eficazes de gestão e controles das atividades desenvolvidas;
- e) inconsistências na gestão de pessoal, principalmente, no que se a padrões remuneratórios, controle de nepotismo e aferição de desempenho.

Ato contínuo às verificações, contando com a colaboração e esforço de todos os componentes organizacionais especialmente envolvidos nas atividades afetas aos Projetos, foi possível apurar que, pela **Pró-reitoria de Graduação – PR1**, foi informado que, sob sua responsabilidade e escopo de atuação, não havia Projetos em andamento, conforme resposta dada a Correspondência Interna CI UERJ/COMISPROJ N.º 1 constante do indexador 40054751 (Processo SEI-260007/039627/2022).

Ademais, conforme informações prestadas pelas **Pró-reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa – PR2, de Políticas e Assistência Estudantis – PR4 e de Saúde – PR5**, observou-se que, em essência, todas as iniciativas cumpriam com os requisitos básicos ao bom desenvolvimento e execução das atividades acadêmicas subjacentes aos Projetos relacionados, apenas merecendo melhor atenção quanto aos aspectos referentes às regras de forma e controle das atividades administrativas relacionadas à concepção e acompanhamento das parcerias.

Importante frisar o importante auxílio da PR5, o qual possibilitou entender o complexo de informações e particularidades afetos aos Projetos da área de Saúde, o que, contribuindo sobremaneira para a identificação das principais inconsistências formais contidas na maioria das parcerias em andamento na UERJ, nos possibilitou indicar as principais sugestões de providências de saneamento, que originou a edição do AEDA nº 134/REITORIA/2022 e na criação da Superintendência de Projetos Especiais.

Por fim, no que se refere à **Pró-reitoria de Extensão e Cultura – PR3**, nos foi possível observar que a maioria dos Projetos em curso no seu âmbito de atuação somente reclamam acerto dos desajustes formais

gerais comuns a todas as avenças. Entretanto, especificamente em relação aos Projetos OBSERVATÓRIO SOCIAL DA OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE, LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOCIOEDUCATIVOS – LABES/DEGASE, ESCOLA CRIATIVA DE OPORTUNIDADES – ECO E ARQUITETURA DE NÚCLEOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – DEMOCRATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, foram encontradas algumas desconformidades formais.

### **3. Providências de Saneamento**

Como supracitado, ao iniciar os trabalhos e analisar os primeiros documentos e depoimentos, esta Comissão identificou que algumas das desconformidades encontradas e o teor das denúncias e reportagens jornalísticas reclamavam atitudes imediatas a fim de resguardar a imagem e reputação da UERJ, bem como, a lisura, transparência e excelentes resultados da maioria esmagadora dos Projetos em execução na Universidade.

Desta feita, à medida e que se aprofundavam as investigações, eram tomadas as anotações das inconsistências até então encontradas, intercambiando ideias e sugestões à Administração Central.

Observando que a maioria dos “desajustes” encontrados guardavam preceitualmente relação com a forma de concepção e tramitação dos Projetos, requerendo providências pontuais que propiciassem a padronização, maior transparência e controle das iniciativas, em reunião realizada em 15/12/2022, esta Comissão recomendou ao Magnífico Reitor “*que suspendesse todas as atividades relacionadas aos projetos em referência, determinando, que fosse expedido normativo com instruções objetivas e diligentes como condição para retomada dos trabalhos*”, conforme consta de Ata de Reunião juntada sob indexador SEI nº 44313856. Neste sentido, foi prontamente expedido o AEDA nº 129/REITORIA/2022.

Em ato contínuo aos trabalhos, em 23/12/2022, foi editado o AEDA nº 134/REITORIA/2022, com vistas a estabelecer requisitos mais rígidos e eficazes para proporcionar melhor controle sobre a concepção e execução dos Projetos, especialmente no que se refere aos critérios de seleção, acompanhamento e controle dos recursos humanos e insumos utilizados, com o fito de atender às necessidades e interesses da sociedade, bem como os mandamentos constitucionais de legalidade, juridicidade, eficiência, transparência e economicidade que o emprego de recursos públicos requer.

No bojo das novas diretrizes do normativo editado, destacam-se as instruções que objetivam especialmente:

- a) preservação da imagem e reputação da UERJ;
- b) garantir a transparência e maior controle em todas as etapas da atividade (concepção, execução, gestão de pessoal e prestação de contas);
- c) padronização de procedimentos quanto à formulação da proposta/demanda, requisitos mínimos necessários aos documentos;

**d)** ciência da responsabilidade dos Gestores e Coordenadores;

**e)** correção das desconformidades e prosseguimento dos Projetos, visando a garantia dos repasses necessários ao prosseguimento das avenças.

Por fim, identificando a necessidade de ampliação do controle técnico e especializado das atividades relacionadas aos Projetos de parcerias com a UERJ, bem como conferir maior transparência e eficiência dos controles a elas relacionados, fora editado o AEDA nº 007/REITORIA/2023, que cuida da criação e estruturação da Superintendência Geral de Projetos Especiais – UERJ/Projetos, componente organizacional diretamente ligado à Reitoria, que possui como responsabilidade precípua a garantia da conformidade jurídica, administrativa, financeira e executiva dos Projetos.

#### **4. Dos Depoimentos**

A Comissão, diante do conteúdo das denúncias formuladas em portal eletrônico jornalístico deliberou pela necessidade de realizar oitivas para auxiliar na apuração dos fatos.

Após as devidas apurações verificou-se que todos os nomes listados nas reportagens integraram os Projetos ARQUITETURA DE NÚCLEOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – DEMOCRATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (PROCESSO SEI-260005/006095/2021), ESCOLA CRIATIVA DE OPORTUNIDADES – ECO (PROCESSO SEI-260007/000890/2022), OBSERVATÓRIO SOCIAL DA OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE e LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOCIOEDUCATIVOS – LABES/DEGASE

Diante disso também foi deliberado pela necessidade de tomada dos depoimentos dos Coordenadores Gerais dos respectivos Projetos.

Assim, buscou-se tomar o depoimento de todas as pessoas citadas nas notícias jornalísticas.

##### **4.1. Depoimentos do Projeto ARQUITETURA DE NÚCLEOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL – DEMOCRATIZAÇÃO DA FORMAÇÃO HUMANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

Primeiramente cabe aqui expor que a Comissão não conseguiu ouvir as seguintes pessoas: SORAYA VITORINO DE SOUZA, HUGO LEONARDO DE SOUZA GARCIA e LETÍCIA FERREIRA COTTA que teriam atuado no Projeto Arquitetura de Núcleos de Qualificação Profissional – democratização da formação humana no Estado do Rio de Janeiro.

A impossibilidade deu-se em razão do não atendimento das convocações expedidas por essa comissão e a incerteza da correta identificação dos endereços residenciais dos citados corroborada pela extinção do vínculo com o término do Projeto. Salienta-se que a comissão não possui poderes constitucionais e legais na determinação de quaisquer medidas coercitivas que pudessem viabilizar os respectivos depoimentos.

Diante disso, apenas foi possível a essa Comissão ouvir a Sr.<sup>a</sup>. Coordenadora Geral do Projeto, a Prof.<sup>a</sup>. ELOIZA DA SILVA GOMES ROCHA.

No dia 31 de janeiro de 2023 foi tomado o depoimento da Sra. Coordenadora Geral do Projeto que nessa oportunidade prestou os devidos esclarecimentos a essa Comissão dos quais entendemos por oportuno destacar, segundo a depoente, que os Projetos foram executados com a UERJ em razão da notória especialização dessa Universidade nos campos do ensino, pesquisa e extensão.

Também declarou que os chamados Núcleos Estruturantes e os valores a serem pagos foram definidos nos termos dos AEDA 13/2021 e 17/2021 e a sua formação deu-se, basicamente, por indicação de servidores da Universidade (estatutários e temporários) e quanto as pessoas externas à UERJ a sua seleção foi feita por análise curricular seguida de entrevista, sendo que esses procedimentos foram realizados na UERJ quando se tratava de pessoal própria da Instituição, e na estruturas da Secretaria e dos Municípios participantes do projeto quando se tratavam de pessoas extraquadros à UERJ.

Quanto a denúncia de que as pessoas mencionadas na reportagem eram parentes, quando indagada a respeito, respondeu que isso nunca foi uma preocupação de fato da depoente, bem como que não havia qualquer vedação nos normativos internos da UERJ a esse respeito.

#### **4.2. Depoimentos do Projeto ESCOLA CRIATIVA DE OPORTUNIDADES – ECO.**

A respeito das pessoas citadas na reportagem que teriam participado do Projeto Escola Criativa de Oportunidades – ECO cabe aqui expor que a Comissão não conseguiu ouvir as seguintes pessoas: AUREA CÉLIA RABELO MUNIZ, DANIEL MUNIZ DE SOUZA E FRANCISCO CARLOS RABELO MUNIZ pelos menos motivos expostos no item 4.1. supra.

Nos dia 24 de janeiro de 2023 foram prestados os referidos depoimentos de MARIA MUNIZ PEREIRA e SAULO MUNIZ PEREIRA e no dia 25 de janeiro foram prestados os depoimentos de LUCI MARY MUNIZ PEREIRA e TIAGO MARY MUNIZ PEREIRA e neles ficou claro que a seleção deles não se deu pelo Coordenador Geral do Projeto, mas por integrantes do projeto lotados na Secretaria de Estado de Educação, que foi o órgão descentralizador de recursos em favor da UERJ, sendo que alguns não souberam distinguir as atribuições das atividades que exerciam se eram ligadas à UERJ ou à Secretaria.

No dia 1º de fevereiro de 2023 foi realizado o depoimento do Sr. Coordenador Geral do Projeto, o Prof. IVAN SIMÕES GARCIA e dos esclarecimentos destacamos, por oportuno, que o Projeto na verdade englobava outros 16 projetos, bem como teria sido convidado pela Reitoria e Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

Declarou que, segundo sua opinião, os projetos foram encaminhados para serem executados na UERJ em razão da expertise da Instituição, também declarou que os Núcleos Estruturantes ficaram cargo dos Coordenadores de cada um dos projetos e que a seleção era feita pela análise curricular e entrevista, mas que alguns projetos, diante da sua especificidade poderiam contemplar outros critérios, a respeito das pessoas ouvidas por essa Comissão o depoente afirmou que as desconhece e que não as selecionou, muito menos trabalhou diretamente com elas, já que eram do Núcleo Estruturante a cargo da Secretaria de Estado de

Educação e que somente veio a saber delas quando as denúncias foram veiculadas.

Quanto as bolsas pagas, informou que quando assumiu a Coordenação Geral os Projetos já se encontravam em execução e assim já as bolsas já estavam definidas, e que cabia aos Coordenadores diretos de cada projeto essa definição, apenas atuando no sentido de harmonizar e dar coerência aos valores com os demais projetos.

#### **4.3. Depoimentos do Projeto OBSERVATÓRIO SOCIAL DA OPERAÇÃO SEGURANÇA PRESENTE E LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOCIOEDUCATIVOS – LABES/DEGASE.**

A respeito das pessoas que integraram os projetos Observatório Social da Operação Segurança Presente e LABES/DEGASE cabe aqui expor que a Comissão não conseguiu ouvir LUANA THOMÉ CONCOLATO DE OLIVEIRA, pelos mesmos motivos apontados no item 4.1 supra.

Nos dias 04 de janeiro de 2023 foram tomados os depoimentos de MARILÂNDIA DE SOUZA LIMA E JOAQUIM ANDRADE DOS SANTOS e no dia 05 de janeiro de 2023 prestaram depoimento CARLOS MAGNO RIBEIRO CABRAL, DELVANA CALDONAZZO, PAULO NEI BARROSO DO VALE, MARCO ATÔNIO BARROSO DO VALE

Os depoentes, quando indagados a respeito, souberam indicar quais os Projetos participaram, bem como que, na sua totalidade, todos declaram que tiveram conhecimento da existência dos projetos por meio de informações recebidas em redes sociais, grupo de mensagens coletivas, como o WhatsApp, também informaram que a sua seleção foi feita pelo Coordenador Geral do Projetos, o Prof. OSWALDO MUNTEAL FILHO e que ela limitou-se a análise curricular seguida de entrevista, todos negaram possuir algum tipo de relação próxima com membros da Alta Administração do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a totalidade dos depoentes negou terem tido participação em campanhas políticas no pleito eleitoral de 2022, foram feitas descrições das atividades realizadas, bem como foi negado que mantivessem algum tipo de relação próxima com ocupantes de cargos diretivos desta Universidade ou que eles tenham tido algum tipo de influência na sua seleção.

No dia 25 de janeiro de 2023 foi tomado o depoimento de GETRICE GOLDMAN POMPEIA DA SILVEIRA LAEBER, FERNANDA ALVES FALQUER e AISLAN SOUZA COELHO que também foram citadas em matérias jornalísticas ficando claro para essa Comissão os depoentes que podem ser classificados como “*pessoas politicamente expostas*”, por terem exercido funções políticas em cargos públicos ligados a político, no caso ao Deputado estadual Rodrigo da Silva Bacellar e seu irmão o Vereador do município de Campos dos Goytacazes Marcos da Silva Bacellar.

Todos afirmaram que a sua seleção se deu por meio de pessoal da própria Secretaria de Estado de Governo, sem qualquer participação de servidor, docente ou técnico, desta Universidade, sendo que, assim como os demais depoentes os procedimento adotados foi a análise de currículo seguida de entrevista. No caso deles ficou evidenciado que a subordinação se dava a pessoa da própria pasta estadual.

O Sr. AISLAN SOUZA COELHO quando indagado da informação de que teria prestado serviços para campanhas eleitorais, respondeu de forma afirmativa, mas informou os referidos serviços apenas se deram após ele ter se desvinculado das atividades do Projeto e do Cargo Comissionado que ocupava junto ao

No entanto, a despeito desse aspecto, no curso dos seus depoimentos restou a aparência de que eles teriam, de fato, prestados as atividades para as quais foram admitidos no projeto.

No curso dos trabalhos das oitivas realizadas por essa Comissão foi encaminhada, pelo Gabinete da Reitoria, informação de outros nomes que estariam, a época, sendo objeto de investigação jornalística relacionada as denúncias que já eram objeto dos trabalhos, e que elas estariam relacionadas ao então ocupante do cargo da Chefia de Gabinete da Reitoria, o sr. BRUNO GARCIA REDONDO, servidor desta Universidade.

A Comissão deliberou pela necessidade da oitiva dessas pessoas, e foram feitas as devidas convocações de LORIVAL ALMEIDA DE OLIVEIRA, MÁRCIA CRISTINA FERNANDES DE OLIVEIRA, FELIPE DE PAULA FERNANDES DE OLIVEIRA, ESRRAEL GOMES VALIM, ELIA GOMES VALIM, LEILA MARIA TOLEDO DE PAULA, TAINÁ DE MELO FIQUEIREDO, LUCIANA ROSA DO VALE, DIOGO DOS SANTOS SERPA, SANDRO DOS SANTOS SERPA, RAPHAEL CAROL SILVVA, ROSEMARY DE AZEVEDO CARVALHO, OTÁVIO JUNQUEIRA CARNEIRO LEÃO, TIAGO JUNQUEIRA CARNEIRO LEÃO, JULIANHA SALES MONTERIRO DE BARROS, GUSTAVO CARNEIRO DE LEÃO, ANDERSON LIMA TULLER, RAFAEL DE OLIVERA FELÍCIO, BRUNO GARCIA REDONDO E FERNANDA DE PAULA OLIVEIRA.

Os referidos depoimentos foram tomados nos dias 23, 24, 27 e 28 de fevereiro de 2023 e 06 de março de 2023.

Os depoentes informaram que participaram dos Projetos Observatório Social da Operação Segurança Presente, LABES/DEGASE e Escola Criativa de Oportunidades – ECO prestaram as mesmas informações já alinhavadas linhas acima, notadamente quanto a forma que souberam dos projetos, a quem as selecionou e a forma que foram realizadas as suas seleções.

Todos negaram qualquer vínculo com políticos ou que tivessem participado de campanhas eleitorais no ano de 2022, e que quanto as bolsas que teriam recebidos que os valores ter-lhe-iam sido passados pelo Coordenador Geral do(s) projeto(s).

Quando indagados qual o nível de relação com servidor desta Universidade o Sr. BRUNO GARCIA REDONDO ficou claro que os depoentes LORIVAL ALMEIDA DE OLIVEIRA, MÁRCIA CRISTINA FERNANDES DE OLIVEIRA, FELIPE DE PAULA FERNANDES DE OLIVEIRA, ESRRAEL GOMES VALIM, ELIAS GOMES VALIM, LEILA MARIA TOLEDO DE PAULA, E FERNANDA DE PAULA OLIVEIRA possuíam clara relação de proximidade familiar com ele.

A referida proximidade familiar foi patentemente caracterizada nos depoimentos de FERNANDA DE PAULA OLIVEIRA, ESRRAEL GOMES VALIM, LEILA MARIA TOLEDO DE PAULA, FELIPE PAULA FERNANDES DE OLIVEIRA, que consistem na esposa, sogro, sogra e cunhado do referido servidor e de ELIAS GOMES VALIM, LORIVAL ALMEIDA DE OLIVEIRA, MÁRCIA CRISTINA FERNANDES DE OLIVEIRA, que possuem relação familiar de segundo grau em linha colateral (tios), com a Sr.<sup>a</sup> FERNANDA DE PAULA OLIVEIRA tendo essas relações sido confirmadas pelo depoimento do próprio servidor.



Os demais depoentes, apesar do teor do conteúdo da informação prestada a Comissão pela Reitoria, o nível de relação informado nos depoimentos limitou-se a aspectos acadêmicos ou profissionais, sem qualquer outra relação que denotasse proximidade por afinidade, familiaridade ou de convívio social próximo.

No dia 27 de fevereiro de 2023 a Comissão também ouviu o sr. GUSTAVO CARNEIRO JUNQUEIRA LEÃO.

O depoente esclareceu que participou dos projetos Observatório Social da Operação Segurança Presente, em que exerceu a função de assessor da Coordenação, responsável pela consultoria jurídica, revisão dos Planos de Trabalho, as respostas aos órgãos de controle externo e a revisão dos relatórios de entrega. Também esclareceu que atuou no projeto LABES/DEGASE na função de Coordenador do projeto SOMOS, atuando desde a elaboração dos Planos de Trabalho à toda assessoria da coordenação.

A respeito das pessoas citadas na reportagem e que seriam ligadas a ele, informou que conheceu a Sr.<sup>a</sup> ROSEMARY DE AZEVEDO CARVALHO nos projetos, e depois a convidou para integrar o corpo societário da área administrativa do seu escritório, que dois deles eram seus irmãos, a saber sr. TIAGO JUNQUEIRA CARNEIRO LEÃO e o sr. OTÁVIO JUNQUEIRA CARNEIRO LEÃO, mas que não teve qualquer influência nas suas seleções, tendo eles sido admitidos pelo Coordenador Geral após análise curricular e entrevista, e declarou conhecer a Sr.<sup>a</sup> JULIANA SALES MONTEIRO que por breve período integrou o seu escritório, bem como conhecida o sr. HUGO FERNANDES BATISTA em razão de demanda de constituição de sociedade que não veio a se concretizar.

Declarou o depoente conhecer BRUNO GARCIA REDONDO da sua atividade de docente na PUC-RJ e que posteriormente buscou uma parceria com ele na abertura de uma Câmara de Arbitragem, que não teve longo período de duração e, a respeito de FERNANDA DE PAULA FERNANDES OLIVEIRA declarou que somente sabe ser a atual esposa de BRUNO GARCIA REDONDO.

Declarou o depoente que o Sr. Bruno não teve qualquer influência ou ingerência na sua indicação para os projetos que atuou, afirmando que o convite partiu diretamente do Coordenador Geral dos projetos.

A referidas pessoas prestaram depoimentos onde confirmaram as declarações feitas pelo sr. GUSTAVO CARNEIRO JUNQUEIRA LEÃO, bem reafirmaram o mesmo conteúdo dos depoimentos já colhidos quanto a sua forma de seleção e quem veio a os selecionar, também reafirmando o mesmo conteúdo no que se refere a forma que a bolsa foi fixada.

No dia 28 de fevereiro de 2023 a Comissão tomou o depoimento do sr. BRUNO GARCIA REDONDO.

O depoente informou que exerceu a função de Coordenador de Relações Institucionais dos Projetos Observatório Social da Operação Segurança Presente e LABES/DEGASE, tendo sido selecionado pelo Coordenador Geral dos projetos por meio de análise curricular e entrevista, e que, à época, ocupava cargo de assessor da Reitoria.

Foi indagado se quando nomeado para a Chefia de Gabinete da Reitoria chegou a considerar a possibilidade de afastar dos projetos tendo respondido de forma positiva, mas apenas por questões de carga de trabalho inerente ao cargo, contudo, depois de analisar os AEDA 13/2021 e 17/2021 e vendo que não

havia impedimento de, ocupando o cargo em questão, participar dos projetos.

Indagado se conhecia a Sr.<sup>a</sup> FERNANDA DE PULA FERNANDES DE OLIVEIRA, declarou que ela era sua esposa, tendo celebrado o matrimônio em 1º de dezembro de 2022. Mas que já a conhecia desde 2020.

Quando indagado se sabia que parentes da sua esposa exerciam atividades nos Projetos, informou que quando da edição da nova normativa acerca dos projetos na UERJ informou ao Reitor que tinha tomado conhecimento a respeito dos mesmos e que seriam 5 pessoas ao todo.

Ainda indagado se a presença dessas pessoas que mantinham relação de parentesco com a sua esposa poderia constituir uma violação aos princípios que regem a administração pública e a regra de vedação de nepotismo consagrada na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e nesse ponto declarou que quando soube desses ingressos ainda não ocupava o cargo de Chefe de Gabinete e nem detinha poder de nomeação sobre eles, bem como nunca foi coordenador geral dos projetos em que eles atuavam e segundo seu próprio entendimento declarou que não haveria qualquer impedimento a sua participação ou a de parentes de sua esposa, bem como negou que teve qualquer participação ou influência na seleção deles, ficando totalmente a cargo do Coordenador Geral dos projetos.

Com relação as demais pessoas envolvidas na, então, investigação jornalística, declarou desconhecer algumas, e as que pontuou conhecer afirmou que se deu de forma profissional, acadêmica ou mesmo eventual.

Declarou que conhece o sr. GUSTAVO JUNQUEIRA CARNEIRO LEÃO da sua atividade docente na PUC-RJ e que integrou com ele uma Câmara de Arbitragem, na qual foram sócios.

Também declarou conheceu a Sr.<sup>a</sup> TAINÁ DE MELO FIQUEIREDO quando atuou, cedido pela UERJ, à Secretaria de Estado de Saúde para exercer as funções de Assessor do Secretário de Estado, e que conhece o sr. RAPHAEL CAROL SILVA, visto que fora seu aluno em curso em curso de Pós-graduação na PUC-RJ, bem como teve contato com ele quando da sua atuação na Secretaria de Estado de Saúde, e manteve com ele relação profissional de trabalho, e que também conhece o sr. ANDERSON LIMA TULLER, por ter sido seu *personal trainer* por um período e que teria deixado de se valer de tais serviços por questões de saúde, e que desconhecia sua participação nos Projetos somente vindo a ter ciência dela em razão da investigação jornalística.

No dia 06 de março a Comissão também ouviu FERNANDA DE PAULA FERNANDES DE OLIVERIA.

Informou a essa Comissão que participou do Projeto Escola Criativa de Oportunidades – ECO tendo sido selecionada pelo Coordenador de um dos projetos, e que a seleção se deu mediante análise curricular e entrevista. Também informou que mantinha relacionamento com o sr. BRUNO GARCIA REDONDO desde o ano de 2021 e que em 1º de dezembro de 2022 casou-se com ele.

Também informou que teve conhecimento dos Projetos via grupos de WhatsApp e que as atividades que realizou encontravam-se afetas a pesquisas de natureza jurídica de legislação e jurisprudenciais de temas afetos ao objeto do projeto, como a forma de contratação de pessoas e encargos dela decorrentes e regras de

prestação de contas.

Negou que o sr. BRUNO GARCIA REDONDO tenha tido qualquer participação na sua seleção, e que sabia de parentes seus e amigos trabalhando em outros projetos, mas negou ter tido qualquer interferência na seleção deles.

Declarou que, a despeito da relação que possui com o sr. BRUNO GARCIA REDONDO tinha plena convicção de que sua seleção não envolveu nenhuma ilegalidade diante do que se encontra posto na Sumula Vinculante 13, por não ser servidora da UERJ e nem Coordenador Geral do Projeto e por não possui qualquer poder de nomeação na UERJ. A depoente declarou que já participou sim de campanha políticas em município da Baixada Fluminense há 08 (oito) anos e que também prestou serviços jurídicos em período eleitoral.

Considerando o conteúdo das oitivas realizadas nos dias depoimentos colhidos nos dias 04 e 05 e 25 de janeiro de 2023, nos dias 23, 24, 27 e 28 de fevereiro de 2023 e do dia 06 de março de 2023 a Comissão deliberou pela oitiva do Coordenador Geral dos projetos Observatório Social da Operação Segurança Presente e LABES/DEGASE, o Prof. OSWALDO MUNTEAL FILHO, o que ocorreu em duas datas, a saber 12 de janeiro de 2023 e 08 de março de 2023, sendo que esta última deu-se em complemento em decorrências da necessidade da tomada dos depoimentos prestados no final de fevereiro e início de março, em razão, da já citada, a época, investigação jornalística que se deu no curso do trabalhos da presente Comissão .

No dia 12 de janeiro de 2023 foi tomado o primeiro depoimento do Coordenador Geral do Projetos, o Prof. OSWALDO MUNTEAL FILHO que nessa oportunidade prestou os devidos esclarecimento a essa Comissão dos quais entendemos por oportuno destacar que a sua indicação deu-se por indicação da Pró-reitoria de Extensão e Cultura e pela Reitoria negando qualquer influência política, bem como declarou, quando questionado a respeito da escolha da UERJ para executar os Projetos, que ela se deu diante da utilidade da Universidade para a sociedade, bem como ela se torne mais finalística aos interesses das pessoas, e quanto a sua escolha para coordenar os projetos, declarou que acredita deve-se aos inúmeros trabalhos e atividades acadêmicas que realizou sobre segurança pública e direitos humanos, bem como por já ter realizados trabalho e coordenado projetos ligados a temática da segurança pública.

Quando indagado sobre a forma que se deu a forma dos Núcleos Estruturantes declarou que a mesma se deu por meio de divulgação em redes sociais e no próprio site da UERJ, e que realizou análise de currículos e entrevistas e que teve a liberdade de selecionar pessoas de sua confiança, bem como declarou ter ciência da relação de parentesco informada na reportagem, bem como declarou que entendeu não haver qualquer irregularidade nesse fato e a respeito das bolsas pagas declarou que os valores estavam em acordo com os normativos da Universidade e respeitavam o teto constitucional

No dia 08 de março de 2023 foi tomado novo depoimento, do Coordenador Geral do projetos, o Prof. OSWALDO MUNTEAL FILHO, e nessa oportunidade declarou que tinha pleno conhecimento das pessoas ouvidas nos dias 23, 24, 27 e 28 de fevereiro de 2023, bem como que possuía registros das atividades por eles realizadas na forma de relatórios que eram entregues a ele, também declarou que havia um fluxo de trabalho permanente, decorrente de rotina organizada para que todos tivessem uma visão geral do projeto.

Quando indagado se era do seu conhecimento se todos esses nomes tinham alguma relação com o sr. BRUNO GARCIA REDONDO, declarou o Coordenador que todos eles foram apenas e somente selecionados por ele entre julho e agosto de 2021 no bojo de uma seleção pública, quando indagado quando o sr. BRUNO GARCIA REDONDO foi nomeado Chefe de Gabinete da Reitoria se a relação de nomes teria se tornado do seu conhecimento, declarou que antes disso não tinha nenhum tipo de contato com o citado e que somente veio a conhecê-lo quando da seleção dele ao Projeto, e consignou que foi sua total e completa responsabilidade a seleção, escolha e contratação das pessoas que iriam atuar no projeto, não havendo, em momento algum, qualquer tipo de imposição por parte de qualquer pessoa, seja da sua chefia imediata, a Pró-reitora de Extensão e Cultura, o do acima citado, muito menos do Reitor.

Quando indagado se conhecia o sr. GUSTAVO JUNQUEIRA LEÃO informou o depoente que ele que assumiu o Projeto LABES/DEGASE e que o conhecia da sua atividade de docente na PUC-RJ e que desconhecia qualquer ligação dele com o sr. BRUNO GARCIA REDONDO, quando indagado se sabia que pessoas selecionadas para o projeto LABES/DEGASE seriam irmãos do sr. GUSTAVO JUNQUEIRA LEÃO declarou que a seleção foi feita sem se preocupar com essa questão já que legislação em vigor a época não fazia qualquer restrição nesse sentido.

Declarou que os nomes ouvidos no depoimento do dia 27 de fevereiro de 2023 faziam sim parte do núcleo estruturante de Projeto.

Quando indagado sobre os fatos apontados em diversos depoimentos de que o Coordenador, que teria ofertado o valor da bolsa paga, declarou que estabeleceu um critério para as bolsas a partir do que era praticados pelas agências de forma à pesquisa, e assim não houve qualquer arbitramento ou interferência, e que realizou um juízo de competitividade com o que já havia no mercado.

Corroborou que todos os procedimentos de seleção adotados foram limitados a análise curricular e entrevista que foi assim definido no início, e que depois passou a usar como critério de seleção a experiência, disponibilidade de trabalho etc.

O depoente negou conhecer que qualquer um dos colaboradores dos projetos que coordenou teria tido alguma participação em campanha político-partidária e que se soubesse de algo nesse sentido, por entender que seria uma postura totalmente irregular, teria procedimento o desligamento da pessoa envolvida do projeto.

## **5. Conclusões**

Diante de todo o material colhido no curso dos trabalhos desta Comissão, bem como a análise dos documentos apresentados pelas Pró-reitorias e os depoimentos prestados, restaram evidenciados fatos, circunstâncias e atitudes que relevam a existência de claros indícios de desconformidades na concepção, gestão e execução de alguns Projetos de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão da UERJ.

Frisa-se que, esta Comissão visou documentos e informações de mais de 60 Projetos (entre planos de trabalho, relatórios, planilhas etc.), tendo realizado mais de 20 reuniões para entendimentos, andamento e providências para elucidação dos fatos. Ademais, conforme acostados aos autos, foram realizadas 38

tomadas de depoimentos, dentre as quais, de todas as pessoas citadas nas reportagens/denúncias (salvo as que não foram localizadas para oitiva), incluindo os respectivos Coordenadores.

Retomando os fundamentos da Portaria UERJ nº 779/REITORIA/2022, esta Comissão verificou que, até a edição dos AEDA's nº 134/REITORIA/2022 e 007/REITORIA/2023, os mecanismos de padronização e acompanhamento das atividades relacionadas à concepção, tramitação, execução e fiscalização dos Projetos de Inovação, Ensino, Pesquisa e Extensão realizados no âmbito da UERJ careciam de normas e controles mais objetivos e transparentes. Este hiato procedimental desencadeou a ocorrência de várias desconformidades na forma como foram conduzidas tais parcerias, tal qual relacionado no item 2 deste relatório.

Ademais, do que se pôde extrair dos depoimentos havidos durante a apuração, a maioria das denúncias relatadas nos registros jornalísticos guardavam relação quanto (i) à forma de seleção dos colaboradores que compunham o “núcleo estruturante” dos Projetos, sobretudo das pessoas estranhas aos quadros de funcionários da Universidade; e (ii) a fragilidade dos mecanismos de aferição e controle das atividades realmente realizadas pelos prestadores de serviços contratados para os Projetos.

Restou evidente que, em alguns casos, embora não se tenha configurado nepotismo ou ilegalidade nas contratações, a observância de mecanismos mais objetivos e transparentes na contratação de pessoal evitaria sobremaneira a exposição negativa da imagem da UERJ e todo o seu corpo funcional, reduzindo-se o risco do chamado dano reputacional.

No mesmo sentido, a falta de critérios objetivos para aferição, controle e quantificação do trabalho realizado por cada colaborador, não nos permite inferir se houve pagamentos a pessoas que não tenham efetivamente trabalhado nos Projetos, posto que, conforme depoimentos prestados pelos próprios e seus respectivos Coordenadores todos afirmam ter realizado as tarefas para as quais foram designados; alguns dos quais, inclusive, requereram a juntada de documentos comprobatórios das atividades desempenhadas, a exemplo dos depoentes AISLAN DE SOUZA COELHO (Doc. SEI nº 46481991) e FERNANDA ALVES FALQUER (Doc. SEI nº 46481988).

Diante do exposto, tendo em vista todo o analisado e processado por esta Comissão, se opina no sentido de que compete ao Magnífico Reitor, a seu juízo de conveniência e oportunidade quanto à forma, proceder a aplicação das sugestões e providências de saneamento contidas no item 3 supra, sendo certo que algumas delas já se encontram incorporadas nos AEDA's nº 134/REITORIA/2022 e 007/REITORIA/2023, a exemplo da criação da Superintendência Geral de Projetos Especiais e de procedimentos necessários para implementar a cultura de treinamento regular e periódico nas chamadas boas práticas de todos os servidores envolvidos na gestão e execução de Projetos, cabendo analisar a conveniência de editar outros atos normativos que os complemente.

Recomenda-se, especialmente, que sejam estudados, juntamente com os órgãos de controle interno desta Universidade, criação e consolidação de mecanismos objetivos e transparentes com vistas a reduzir os riscos de admissão de pessoal que estejam sujeitas à classificação de “*pessoas politicamente expostas*” ou que se tenha o devido controle desse tipo de situação para futuras análises da conveniência e oportunidade e até mesmo necessidade de sua admissão.

No mesmo sentido, é de bom alvitre que sejam adotados procedimentos para análise de conveniência e oportunidade de pessoas que possuam qualquer tipo de relação de parentesco ou afinidade em linha reta ou colateral até o 3º grau civil com servidores dessa Universidade que ocupem cargos em comissão de direção, chefia ou assessoramento, bem como que seja alterado o art. 10, do AEDA 134/REITORIA/2023 para incluir no rol de vedações todos os servidores que estejam lotados na Superintendência Geral de Projetos Especiais.

Sugerir que a admissão de pessoal para compor o chamado “Núcleo Estruturante” quando forem servidores da UERJ seja evidenciado a sua pertinência para participar do projeto dentro dos limites traçados no art. 8º da Lei 9.080/2022, com especial atenção nas chamadas “*atividades de apoio*” devendo sempre demonstrar cabível pertinência temática entre as atividades que podem ser exercidas pelo servidor e o escopo das atividades de gestão e execução do projeto, com a finalidade de justificar o pagamento da retribuição pecuniária prevista no art. 8º, §2º da Lei estadual 5.361/2008 e 30, §3º da Lei 9.809/2022.

Considerando que algumas funções do projeto são exercidas por pessoas estranhas ao quadro funcional da Universidade do Estado do Rio de Janeiro recomenda-se que a admissão desses agentes dê-se na forma do que preceitua a Lei Estadual 6.901/2014 que dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, e o previsto no art. 8º, §4º da Lei Estadual 5.361/2008, bem como devendo ser observado o que dispõe os AEDA's nº 039/REITORIA/2015 e 008/REITORIA/2017, destacando-se a necessidade de processo seletivo simplificado de responsabilidade do Coordenador-geral.

Quanto aos indícios de desconformidade apuradas e analisadas, recomenda-se que o Magnífico Reitor acione os órgãos de controle interno para abertura de procedimentos próprio para análise mais aprofundada e caso entenda necessário a abertura de procedimento de natureza disciplinar.

Considerando que os indícios de desconformidade decorrentes dos depoimentos relacionados a alguns Projetos estão relacionados a atos que apenas podem ser imputados às pessoas ligadas aos órgãos descentralizadores aos quais eram vinculados ao projeto sugere-se que seja dado conhecimento desses achados àqueles opinando no sentido que adote as providências disciplinares que entender necessárias.

Recomenda-se que seja o conteúdo do ora processado encaminhado aos cuidados da Procuradoria Geral da UERJ para análise e emissão de parecer jurídico sobre a necessidade de adoção da existência ou não de danos ao erário e medidas judiciais cabíveis para ressarcimento dos cofres públicos.

Recomenda-se o encaminhamento do presente processo para ciência do seu inteiro teor para a Corregedoria da UERJ para análise e adoção das providências correcionais que entender cabíveis.

Recomenda-se que seja instada a Auditoria-Geral da UERJ para que abra procedimentos de apuração nos processos referentes aos Projetos Observatório Social da Operação Observatório Social da Operação Segurança Presente, Laboratório de Estudos Socioeducativos – LABES/DEGASE, Escola Criativa de Oportunidades – ECO e Arquitetura de Núcleos de Qualificação Profissional – democratização da formação humana no Estado do Rio de Janeiro.

Recomenda-se a adoção do regramento da obrigatoriedade de fiscais em todos os Projetos, desvinculados da Coordenação-geral, que tenham qualificações para o exercício do encargo.

Por fim, recomenda-se ainda, que a Reitoria, em conjunto com a Superintendência Geral Projetos, normatize procedimentos para os projetos que visem dar concretude aos pilares da documentação e transparência (*full-disclosure*) nos Projetos, com especial a todos os trabalhos realizados nas atividades fins e de apoio, nos pagamentos a serem realizados, e nas entregas objetivadas pelos mesmos.

Recomenda-se, por fim, que seja o presente relatório encaminhado para ciência do Tribunal de Contas do Estado e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

## Do Encerramento

Posto todo o apurado e relatado, foi determinado, pelo Presidente da Comissão, o encerramento dos trabalhos em 30 de março de 2023 que, após lido e achado conforme, segue assinado por todos os Membros.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2023.

### **DOMENICO MANDARINO**

Presidente da Comissão de Verificação de Fatos e Responsabilidades de Projetos

### **CARLOS EDUARDO GUERRA DE MORAES**

Membro da Comissão de Verificação de Fatos e Responsabilidades de Projetos

### **RODRIGO MARCELLINO DA COSTA BELO**

Membro e Secretário da Comissão de Verificação de Fatos e Responsabilidades de Projetos

Rio de Janeiro, 30 março de 2023



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Marcellino da Costa Belo, Procurador**, em 30/03/2023, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Domenico Mandarino, Presidente da Comissão de Verificação de Fatos e Responsabilidades de Projetos**, em 30/03/2023, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Eduardo Guerra de Moraes, Professor Assistente**, em 30/03/2023, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 21º e 22º do [Decreto nº 46.730, de 9 de agosto de 2019](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.fazenda.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **49556069** e o código CRC **F7B4C1C1**.

---

Referência: Processo nº SEI-260007/045020/2022

SEI nº 49556069

Rua São Francisco Xavier, 524, - Bairro Maracanã, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20550-900  
Telefone: - <https://www.uerj.br/>



